

JOGO DA FORÇA: DESNATURALIZAR O EMPREENDER

RESUMO

Parece existir um alinhamento “natural” do tema empreender com ciências como a administração (gestão) que, por vezes, abarca quantitativo importante de material desta temática. Contudo, a própria administração é uma ciência multidisciplinar e interdisciplinar, fato muitas vezes ignorado compreendendo-a como somente um sistema de métodos e de controles. Retoma-se neste artigo o caráter inerente da administração enfatizando núcleos que contribuem para reflexões sobre os fundamentos das correntes de pensamento que formaram/formam o mundo (material e dos conceitos), assim como o de estudos das relações humanas, sociais e de seus mecanismos de ação. Portanto, objetivou-se fomentar a discussão sobre o empreender como efeito de uma realidade econômica, social, política e cultural desigual no neoliberalismo e não como mera consequência natural e salutar. Criticou-se estruturalmente o empreender resgatando a multidisciplinariedade de análise. Além da administração foi proposta a inserção de autores e conceitos advindos principalmente da econômica, filosofia e sociologia. Constatou-se que é factível a premissa de que o empreender e seus derivados tem como fato gerador não uma pretensa naturalidade, mas uma realidade desigual e, ainda, que esta realidade deve sofrer ações com o objetivo de reequilibrar as forças econômicas, políticas, culturais e sociais, tendo o Estado papel vital neste processo.

Palavras-chave: desnaturalizar o empreender, política pública estatal, perversidades neoliberais.

HANGMAN GAME: DENATURALIZE THE ENTREPRENEURSHIP

ABSTRACT

There seems to be a “natural” alignment between the topic of entrepreneurship and sciences such as administration (management), which tend to contain a significant amount of material on this theme. Administration is often understood only as a system of methods and controls, when in fact it is a multidisciplinary and interdisciplinary science. The present article highlights this inherent nature of administration, emphasizing nuclei that contribute to reflections regarding the foundations of the schools of thought that formed/form the world (material and conceptual), as well as the study of human and social relations and their mechanisms of action. The objective is to discuss entrepreneurship as an effect of the economic, social, political, and cultural inequality present in neoliberalism, as opposed to a mere natural consequence. The article structurally criticizes entrepreneurship through a multidisciplinary analysis. Moreover, apart from administration, the insertion of authors and concepts from economics, philosophy, and sociology was proposed. The findings suggest that entrepreneurship and its derivatives don’t simply originate naturally; instead, they are based on an unequal reality. Furthermore, this reality must undergo actions to rebalance the economic, political, social, and cultural forces, with the State having a vital role in this process.

Keywords: denaturalize the entrepreneurship, state public policy, neoliberal perversities.

1. INTRODUÇÃO

Não parece razoável determinar ao empreendedorismo somente um sentido positivo ou de fonte de resolução de diversos problemas econômicos, políticos e/ou sociais. Não existe tecnologia neutra, pois toda tecnologia traz consigo um significado. Muitas vezes se confunde significado com uso. Uma arma de fogo seria algo bom nas mãos de um valoroso policial e, algo ruim nas mãos de bandidos. Mas, e sua tecnologia? Matar! O empreendedorismo também é uma tecnologia que traz um significado que é notadamente disfarçado. Por isto, a importância da filosofia de Nietzsche e Foucault nesta pesquisa, pois há um caráter regular de análise estrutural proveniente destes dois autores.

Estruturalismo que desde Saussure, com sua obra póstuma “Curso de Linguística Geral” de 1906, chegando a Lévi-Strauss na década de 1960, propõe um olhar que foge ao superficial, que ignora as aparentes diferenças para buscar uma estrutura comum das coisas. Ao se questionar alguém sobre quantos tipos de carros há hoje no mundo é possível que a resposta seja de dezenas de tipos, tais como utilitário, *hatch*, sedan, *SUV (Sport Utility Vehicle)*, entre outras possibilidades. Contudo, estruturalmente só há um tipo, aquele que contém chassi, motor e pneus. Todo o restante é superficialidade. Por isto também a importância em trazer para a análise elementos da economia e da sociologia, pois há diferentes estruturas que podem permear ou alinhar-se ao mesmo objeto de estudo.

Propõe-se então o fomento da discussão sobre o empreender como efeito de uma realidade econômica, social, política e cultural desigual no neoliberalismo e não como mera consequência natural e salutar, por meio de um método de pesquisa teórico, bibliográfico e qualitativo. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica e informações retiradas da internet. Primeiramente buscou-se o significado da palavra empreender e sua ideia hodierna. Depois, evocando Foucault (2017) e Nietzsche (MOSÉ, 2018), procurou-se evidenciar que palavras não são apenas palavras e que a linguagem é elemento importante de análise assim como a formação de discursos.

Posteriormente, buscou-se em cada letra que forma a palavra empreender conceitos que corroborassem com a ideia de que há algo além do que é visto num primeiro momento no que se refere ao tema; estruturalmente há mais do que aparenta. Foram escolhidas as palavras: ego; motivação; precariado; residência; educação; economia; naturalidade; desalento; embotamento; renda. Também se buscou reflexão

sobre o papel do Estado e de suas políticas públicas neste ambiente. Por fim, constatou-se que é factível a premissa de que o empreender e seus derivados têm como fato gerador não uma pretensa naturalidade, mas sim uma realidade desigual oriunda do sistema neoliberal muitas vezes beirando a perversidade. E, ainda, que esta realidade deve sofrer ações para mudanças que visem ao reequilíbrio de forças econômicas, políticas, culturais e sociais, tendo o Estado papel vital neste processo por meio de suas políticas públicas.

O neoliberalismo desde Hayek (década de 1940) apresenta conceito complexo. Contudo, há uma ideia clara que é a de um Estado “acanhado”, mínimo. Pede-se escusa pela jocosidade, mas seria modelo baseado no “muito ajuda quem não atrapalha”. O Estado tem sim um caráter pejorativo neste cômputo. Há quem defenda que o foco neoliberal é somente a economia, ou seja, que esta corrente de pensamento não atingiria áreas como saúde, educação, segurança pública, entre outras. Mesmo que se partisse desta ideia não se poderia esquecer de que a economia transborda em consequências em diversos campos; não existe e nem se manifesta isoladamente. Portanto, lidar com a economia não é só lidar com aspectos econômicos.

O que significa que se retirando o Estado ou tornando-o mínimo na economia, por conseguinte, fenômeno igual ocorrerá em outras áreas. Ou seja, um Estado cada vez mais acanhado não só na economia. E, ao contrário, quando o Estado se levanta e age em dados pontos, também há reflexo econômico. Matéria recente da Reuters (2020) aborda determinação do presidente da França Emmanuel Macron no combate ao Coronavírus (Covid-19). Macron “[...] determinou nesta terça-feira o confisco de “todas as reservas e a produção de máscaras de proteção” contra o novo coronavírus pelo governo francês”. O intuito foi a garantia da distribuição deste material para profissionais da saúde e pessoas diagnosticadas com o Covid-19.

Esta ação do Estado francês é uma ação sanitária, de saúde. Mas não interfere na economia? Na livre circulação de bens? Diante de uma população apavorada demandando número elevado de máscaras em circunstâncias desnecessárias (ou não de prioridade máxima), o Estado teve de agir para garantir o acesso ao público-alvo, haja vista a acentuada elevação da demanda. Não fica claro na matéria se o Estado pagou o preço atual ou as empresas produtoras puderam reajustá-lo de acordo

com o crescimento da demanda e escassez do produto; o que seria uma lógica econômica liberal/neoliberal.

Caso o Estado retivesse todo o material consigo não haveria oportunidade para aumento cada vez maior dos preços com base na situação descrita acima. De onde se conclui que uma medida sanitária/saúde pode impactar significativamente na economia. Todavia, o que realmente é relevante é a avocação estatal, sua presença diante da crise e, acima de tudo, tomando medidas mesmo diante de tanta pressão e crítica. Assim, deveria agir em relação a aspectos do empreender que serão demonstrados neste trabalho.

2. EMPREENDER E EMPREENDEDORISMO: MAIS DO QUE SOMENTE PALAVRAS

O devir, fluxo ininterrupto da transformação, abarca também as palavras e a linguagem. Em dado momento Xerox foi somente nomeação de uma marca; posteriormente passou a ser sinônimo de fotocópia. Deletar não ficou apenas nos teclados; chegou ao dicionário e ao cotidiano. As palavras ao mesmo tempo que são constituídas pela realidade a constituem também. O que significa empreender e empreendedorismo?

O vocábulo é derivado da palavra *imprehendere*, do latim, tendo o seu correspondente, “*empreender*”. A expressão “empreendedor”, segundo o Dicionário Etimológico Nova Fronteira, teria surgido na língua portuguesa no século XVI. Todavia, a expressão “empreendedorismo” foi originada da tradução da expressão *entrepreneurship* da língua inglesa que, por sua vez, é composta da palavra francesa *entrepreneur* e do sufixo inglês *ship* (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p.25).

De outro modo:

[...] é possível associar o ato de empreender a uma atividade de mudança, que é estimulada pelo instinto de curiosidade e descontentamento. Essa ação é resultado da atividade humana sobre a realidade imediata, alterando sua natureza e explorando essa situação como uma oportunidade (CANDIDO; PATRICIO, 2016, p.14).

Diariamente, em vários segmentos da mídia, empreender, empreendedor e empreendedorismo pautam volume considerável de conteúdo, direta e/ou indiretamente. Geralmente conteúdo acompanhado de qualificações como

criatividade, coragem, arrojo, persuasão, independência, foco, oportunidade, entre tantos outros adjetivos possíveis. Prima-se por um significado de sentido positivo que, inclusive, retroage temporalmente. Há quem considere Cristóvão Colombo (século XV) um empreendedor, haja vista que em seu desejo de chegar às Índias buscou financiamento para sua expedição, ou melhor, para seu “negócio”:

Colombo não chegou às Índias, mas graças a sua ação empreendedora, as terras descobertas rendem ao Estado espanhol a hegemonia econômica na Europa (CANDIDO; PATRICIO, 2016, p.7).

Comumente, Colombo recebera qualificações de navegador, explorador, visionário e até mesmo, herói. Qual a necessidade da utilização das palavras empreendedor e empreendedorismo para sujeitos e eventos anteriores à sua própria formação? Por que associá-lo ao empreender? Seria certa necessidade da história “modernizar” sua linguagem? Ou a necessidade do campo em que o empreender está inserido utilizar-se da história para qualificar-se, legitimar-se? Ao que parece para o *status* de Colombo não faz diferença, mas faz para aqueles que desejam estabelecer certas características de Colombo como desejáveis de se alcançar e com uma “nova” terminologia. De outra forma, é o estabelecimento de certo padrão.

Padrão que também está presente em exemplos hodiernos como Steve Jobs (Apple), Bill Gates (Microsoft), Jeff Bezos (Amazon) e Mark Zuckerberg (Facebook). Empreendedores que se tornaram referência e, o mais importante, introjetaram nos sujeitos a ideia de que é possível, seguindo um caminho razoavelmente estruturado, alcançar resultados iguais ou próximos; uma espécie de mimetização. Percebe-se então o surgimento de dois graves problemas. O primeiro é a construção de um discurso onde existe certa fórmula que se seguida aproximará o sujeito cada vez mais do “empreendedor-padrão”. É basicamente uma questão de método.

O segundo, que decorre do primeiro, é o estabelecimento do discurso de universalidade. Ou seja, que esta fórmula pode ser replicada por todos os sujeitos, desde que possuam minimamente determinadas características ou que sejam capazes de desenvolvê-las. Está dado o alicerce para a construção do discurso e do saber do empreender. Para o filósofo francês Paul-Michel Foucault o discurso seria uma representação da realidade construída culturalmente e não necessariamente uma cópia exata dela. Uma dispersão regular de um conjunto de enunciados:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar saber. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (FOUCAULT, 2017, p.219-220).

Foucault compreendia que discurso não significava necessariamente verdade. Entretanto, ele poderá ter caráter de verdade a depender das condições estabelecidas por determinados grupos de sujeitos. Um discurso alicerça um saber que poderá ser verdadeiro ou não. E a palavra é um componente de fundamental relevância dentro do discurso e, por conseguinte, do saber. Por isto uma palavra nunca é somente uma palavra, como se fora algo de origem natural e incólume ao longo do tempo. O filólogo e filósofo alemão (prussiano) Friedrich Nietzsche, que influenciou sobremaneira o trabalho de Foucault, auxilia nesta compreensão:

Ao denunciar a palavra como conceito, Nietzsche explicita a função valorativa de todo nome, de todo conceito. Conceituar é simplificar, reduzir, então conceituar, assim como representar, é escolher, ressaltar, rejeitar; nomear é atribuir valor. E o valor implicado em todo e qualquer nome, em todo e qualquer conceito é a identidade. Nomear é impor identidade ao múltiplo, ao móvel, é forjar uma unidade que a pluralidade das coisas não apresenta (MOSE, 2018, p.66).

Para Nietzsche o desenvolvimento da consciência estava atrelado ao desenvolvimento da linguagem; o poder nivelador da linguagem. Alertava o autor sobre a vida em sociedade, a vida de “rebanho”. “É a submissão do ser humano à comunicação que produz o nivelamento, a vulgarização que marca o pensamento da comunidade, como multidão indiferenciada, como rebanho” (MOSE, 2018, p.105).

Quando se define ou redefine o que é empreender, empreendedor e empreendedorismo não se está tão somente lidando com palavras. Mas, com significados históricos, políticos, sociais; com discurso e poder. Logicamente que para “desenvolver” a ideia do empreender não basta apenas uma palavra (por mais que seja sempre mais do que isto), mas a estruturação de um cenário, sujeitos, repetições e introduções; a construção da hegemonia de um discurso. Mídia, cultura, economia e até mesmo a educação parecem trabalhar unidas para legitimarem o empreender como movimento “natural” de um devir. Mas não é isto!

É uma construção que apresenta suas próprias estruturas, regras, condições de manutenção e crescimento, dentro de um ambiente propício, que é o sistema neoliberal. Os sons, as imagens, as mensagens objetivas e subjetivas que chegam aos sujeitos sobre o empreender tem, em sua maioria, um sentido positivo; salutar. Todavia, não é somente este o sentido que se pode compreender sobre o empreender. A unicidade de um discurso deve ser analisada com preocupação. Iniciar a reflexão sobre dado objeto analisando sua denominação, os signos que o representam, é fundamental, pois consigo trará mais elementos de extrema relevância para o estudo.

3. JOGO DA FORÇA

Numa época onde havia certa ingenuidade excessiva ou menor preocupação com o politicamente correto, o jogo da força era diversão para adultos; e também para crianças. Neste espaço temporal onde se “atirava o pau no gato” (cantiga), enforcar um boneco desenhado não parecia estímulo a qualquer prática malévola. Os tempos são outros, no qual possivelmente exista certa resistência em ensinar este jogo. Contudo, será que há a mesma disposição no enfretamento de um jogo da força real?

O jogo da força da ficção tem o seguinte funcionamento (possui variações): há uma palavra proposta que deve ser “adivinhada” onde as dicas para facilitar o acerto se referem ao número de letras da palavra e a temática que a envolve. Para cada letra citada pelo jogador e que não esteja na palavra é desenhada uma parte do corpo. O jogo acaba quando a palavra é descoberta ou quando todas as partes corpóreas são desenhadas, representando a abertura do cadafalso. Como metáfora ou maneira “lúdica” para análise de campos que orbitam direta e/ou indiretamente o empreender e o empreendedorismo, utiliza-se a figura deste jogo.

Metáfora em termos, pois o intuito é a comprovação de que as letras que formam a palavra empreender podem resultar em conceitos que vão de encontro aos princípios mais elementares defendidos neste campo e o desejo de naturalizá-lo. As letras representam as iniciais das seguintes palavras selecionadas: **E** = ego; **M** = motivação; **P** = precariado; **R** = residência; **E** = educação; **E** = economia; **N** = naturalidade; **D** = desalento; **E** = embotamento; **R** = renda. Outras palavras poderiam ser escolhidas respeitadas as letras iniciais; esta foi a seleção.

3.1 Ego

Foucault descontinuou, desconstruiu, desconcertou. Detestava classificações e etiquetas. Por inúmeras vezes foi questionado sobre qual etiqueta deveria acompanhá-lo: Filósofo? Historiador? Sociólogo? Refutou-as sempre que possível e mesmo quando as permitiu, fazia questão de deixar clara sua interpretação de tal etiqueta. Esta necessidade continua imperativa nos sujeitos. Quais etiquetas seriam as mais adequadas ao empreender? Empreender não diz respeito somente ao econômico ou financeiro, mas também ao social e ao simbólico.

Quem se diz empreendedor atrai certo *status* para si, pois é ele a representação da criatividade, iniciativa, inovação, imaginação, perseverança, coragem e outras qualidades. Isto faz agitar o ego entendido no sentido social como a valorização de si. E a supervalorização de si gera o egocentrismo. O empreendedor passa a insuflar o ego gerando uma tendência para o homem além de si. Não obstante o ganho simbólico e o social com a imagem positiva conferida, há a concentração no “eu”. Para atingir o sucesso pode-se agir de forma individual. O outro muitas vezes não é só desnecessário como perigoso também; indesejável.

A concentração no “eu” gera o egoísmo social. Primeiro interferindo no núcleo familiar e depois no profissional e social mais amplo, a própria sociedade. O sujeito pode compreender que empreender é “empederner”, ou seja, petrificar o emotivo, ignorar a alteridade. Afinal, se tudo posso, qual a necessidade ou importância do outro? E, pior, pois a etiqueta ao invés de identificar o sujeito pode constituir-lo de tal forma que ele passe a acreditar que sempre o foi.

A intensa pressão para a transformação do sujeito (transformação dentro do padrão) e a valorização do si é perigosa, pois mesmo que acarrete em benefícios individuais, pode representar mais um componente de tensão social. E, inclusive, voltar-se contra o que empreende. Logicamente, que se o sucesso “só depende dele” (este é o discurso) o responsável pelo fracasso só pode ser um: o próprio sujeito. Negativas, contrariedade, rejeição, estes podem ser os “prêmios” pelo empreender. E, neste momento, onde o outro poderia ser justamente um bálsamo, não o é porque a relação social resta comprometida.

3.2 Motivação

Observe-se o seguinte exemplo: a edição de agosto de 2019 da revista “Forbes” traz na capa: “Sim é possível! Contra todas as estatísticas, Rachel Maia venceu todos os obstáculos e se tornou uma das CEOs mais inspiradoras do país”. Por qual motivo o texto utilizou as palavras “possível”, “contra todas as estatísticas” e “venceu”? Por que a necessidade de enaltecer as palavras; que não são só palavras? Está diante dos olhos, mas infelizmente não é percebido por muitos. A seleção e a disposição das palavras ensejam a interpretação de um vetor de motivação dentro de uma ideia de meritocracia, também difundida no empreender.

Concomitantemente ao pensamento de que é “possível” a todos, caso se esforce, dedique, qualifique, seja proativo, entre tantos outros requisitos para o sucesso, quando o feito é realizado promove-se enaltecimento expressivo. Mulher, negra, classe média; assim a reportagem vai evidenciando os “obstáculos e estatísticas vencidas”. Em outras palavras: tinha tudo para fracassar, mas fez sucesso. Em sendo o sucesso oportunizado no geral para as pessoas, por que tanta ênfase ao ressaltar quem o alcança? E ingrediente que não pode faltar na receita do sucesso é a motivação. Sujeitos que superam sua realidade são altamente motivados.

Revisitando os alfarrábios da administração (Tabela 1) percebe-se que as ideias de Abraham Maslow, Clayton Alderfer e David McClelland, continuam reverberando. Independentemente das diferenças conceituais da visão de cada um dos autores sobre motivação, na essência é possível agrupá-las no que se refere às necessidades. No caso, de baixo para cima, das mais simples para as mais complexas:

Tabela 1: Comparativo entre Teorias Motivacionais

MASLOW	ALDERFER	MCCLELLAND
Auto-Realização	Crescimento	Realização
Estima		Poder
Sociais	Relacionamento	Afiliação
Segurança	Existência	
Fisiológicas		

Fonte: Adaptado de Chiavenato (1999)

Seja pela linha de Maslow, Alderfer ou McClelland, o homem empreenderia por necessidade. Seja para satisfação de necessidades mais “baixas” como fisiológicas e de segurança (existenciais), passando pelas “medianas”, ou seja, social (relacionamento/afeição), chegando às “altas”, estima e realização (crescimento/poder). Em sempre existindo necessidade, há necessidade de sua satisfação. E, satisfeitas as necessidades superiores, há tendência de que as inferiores já o foram; para Maslow era fato (hierarquia). Todas representam potenciais gatilhos para o empreender. Há um movimento de retroalimentação entre indivíduo e coletividade. Ambos impactam um no outro. O homem é ao mesmo tempo um ser individual e social.

A coletividade é composta por indivíduos que podem e, muitas vezes, devem apresentar comportamento socialmente distinto do que o esperado ou considerado padrão. Do contrário, só haveria uma eterna reprodução do que já existe. Distinção esta não necessariamente de conflito, mas também podendo sê-lo. O risco maior neste caso é a negativa na satisfação das necessidades e a resposta do indivíduo e da coletividade neste sentido. Há o reforço da ideia de possuir necessidades e o “direito” de satisfazê-las dependendo “apenas” do esforço do sujeito, do empreender. Em caso de sucesso um dos prêmios poderá ser estampar a capa de uma revista com o enaltecimento em letras garrafais de determinadas características, mesmo que o discurso seja de que é possível para todos possuí-las e/ou desenvolvê-las. Contradição estampada literalmente na capa.

3.3 Precariado

O sistema do capital evidencia-se como sistema desigual, excludente e produtor de concentração de riquezas, seja dos sujeitos ou das nações. Este é basicamente o pano de fundo para as perversidades neoliberais. Um de seus principais efeitos é criar um ambiente social repleto de tensões: “Hoje 800 milhões de pessoas passam fome, não por culpa delas, mas por culpa de um sistema de alocação de recursos sobre o qual elas não têm nenhuma influência” (DOWBOR, 2017, p.13). E, continua o autor:

Não há nenhuma razão objetiva para os dramas sociais que vive o mundo. Se arredondarmos o PIB mundial para 80 trilhões de dólares, chegamos a um produto *per capita* médio de 11 mil dólares. Isto representa 3.600 dólares por

mês por família de quatro pessoas, cerca de 11 mil reais por mês (DOWBOR, 2017, p.22).

Conclui Dowbor que a empresa BlackRock chegou a apresentar faturamento de 14 trilhões de dólares, equivalente ao PIB dos Estados Unidos e, por isto, haveria necessidade de readequação de dados conceituais: “Foi realmente o Estado que se tornou um gigante sem controle? O que muda quando corporações se tornam financeiramente mais importantes do que Estados?” (DOWBOR, 2017, p.55). A precarização do trabalho é reflexo deste sistema desigual e ao mesmo tempo intenta reduzir o nível da pressão do próprio sistema, garantindo o mínimo para sobrevivência dos sujeitos. O conceito de precariado varia de acordo com cada país. “Na Itália, o termo *precariato* tem sido empregado para significar mais do que apenas pessoas cumprindo tarefas casuais e com baixas rendas, indicando a existência precária com um estado de vida normal” (STANDING, 2019, p.26).

Complementa Standing (2019, p.26-27) que na Alemanha o termo “[...] descreve não apenas trabalhadores temporários, mas desempregados que não têm esperança de integração social”. Corroborando com o precariado há o trabalho pago por *voucher*. Na Itália o empresário era obrigado a pagá-lo pelo salário mínimo legal (por hora trabalhada). Para Castro et al. (2019, p.16) esse mesmo empresariado “[...] não poucas vezes oferecia mais horas de trabalho excedentes, porém por um valor abaixo do mínimo obrigatório, o que significa precarização e superexploração ainda maiores do trabalho ocasional e intermitente”.

Novamente, o sistema repassa para o sujeito quase a totalidade da responsabilidade pelo que ocorre enfatizando o cenário de oportunidades. Onde alguns perdem outros ganham. Resta a dúvida: existindo emprego formal qual o atrativo em trabalhar por *voucher* ou em empreender? Ou ainda: num ambiente de pleno emprego o desejo de empreender aumentaria ou diminuiria? Há um princípio de paliativo no empreender que é igualmente perigoso, pois internaliza no sujeito a ideia de normalidade/naturalidade. Para concluir cita-se a fala recente do CEO (*Chief Executive Officer*) e presidente do Conselho de Administração da Ricardo Eletro em entrevista ao “UOL Líderes” (2020): “Vale a pena ter um pouco menos de direitos e mais empregos e salários”.

Utilizando uma metáfora seria como dizer para uma criança: Vale a pena apanhar de chinelo do que de cinto. A pergunta é: por que bater na criança? A pergunta é: por que tem que ser a perda de direitos a condição para “mais empregos e salários”? Cria-se um raciocínio que expressaria uma “lógica natural”. Todavia, não há nada de natural. O que existe é uma construção altamente questionável e que povoa a mente e a boca de muitos empresários e intelectuais inclusive.

É de emprego de que se fala? De trabalho ou de precariado? Quanto custa mesmo uma camisa polo da Lacoste que ele está usando e aparece na foto da entrevista? Pode-se argumentar que é com seu salário que ele comprou a peça de vestuário. A questão é que o salário dele é proveniente deste sistema exploratório e desigual. Não são aspectos isolados, mas complementares e de retroalimentação. Na mesma entrevista ele ainda expressa: “Um empregado custa o dobro do que ele recebe. Se esse empregado custasse menos, mais gente seria empregada. O que precisa ser alterada não é a relação empregado-empregador, mas sim a empregador-Estado”.

Claro que sob sua visão a relação empregado-empregador não precisa ser alterada, pois afinal, recai sobre quem as maiores mazelas? Em última consequência resta ao capitalista a detenção do capital. E o que resta ao trabalhador? O sistema neoliberal e seus defensores são muito curiosos. O mesmo Estado mais uma vez criticado pelo empresariado (pois é este o papel que cabe a ele nesta entrevista, o de empresário que representa o empresariado) é o mesmo que permite que a empresa onde ele hoje é *CEO* realize recuperação extrajudicial.

O próprio entrevistado reconhece no restante da entrevista os grandes erros da gestão da empresa (que também gera o precariado). Entretanto, critica o Estado como empecilho na relação de trabalho e não fica ruborizado ao citar a utilização de uma ferramenta criada pelo Estado para auxiliar as empresas e as más gestões. E se tudo mais falhar há sempre a possibilidade, ou melhor, a oportunidade de pedir ajuda ao Estado e também de empreender.

3.4 Residência e Educação

Não se dará ênfase direta aos números do já conhecido déficit habitacional brasileiro. Partir-se-á para análise mais delicada. A produção do espaço social se faz de maneira coletiva, mas diante da lógica do capital, a dominação deste espaço se

faz de maneira privada. Sem recursos além do físico e dos recursos financeiros a solução é a autoconstrução. Construir a própria residência demanda muito tempo e esforços. Pouca técnica e ausência de planejamento resultam em perdas de materiais, reparos, ou ainda, reformas, “[...] redundando, depois de anos de trabalho coletivo, em moradias que apresentam defeitos de acabamento e circulação, com baixa qualidade de conforto ambiental” (KOWARICK, 2009, p.167-169).

O sobretrabalho não é apenas no emprego por meio de acúmulo de atividades ou mesmo para recebimento de hora-extra. Dá-se também no aspecto da residência, da moradia, do lar. “Estimou-se que metade das residências permanentes na Região Metropolitana de São Paulo foi erguida através desta modalidade construtiva” (KOWARICK, 2009, p.170). O esforço não é apenas financeiro, é físico, é geral. Após cumprir a carga horária regular por muitas horas durante a semana (e muitas vezes realizando horas extras) os trabalhadores ainda laboram no erguimento de seus lares. Onde deveria haver descanso há ainda mais trabalho. Seria opção ou falta de opção?

Novamente retorna-se no passar a responsabilidade para o sujeito, para o indivíduo independentemente do ambiente, onde cada vez mais fica perceptível os motivos pelos quais o empreendedor ganha tanto destaque. Ele conversa muito bem com o individual, com o superável e com o “possível”. Caso a renda não seja a mais adequada ou o sujeito não conseguindo empreender no sentido dos negócios, poderá empreender na autoconstrução. Tudo se volta para o sujeito.

A essência do empreendedor permeia todos os setores da vida individual e social e, ainda, o sistema educacional. Reforça-se a ideia da superação de si. Com esforço se consegue. A competição para etiquetar os melhores alunos, os maiores desempenhos, faz parte da realidade da escola. A educação por sua vez cumpre um papel importante, mas talvez não no sentido que há muito se propaga. Faz tempo que a escola que afirma preparar para o mercado de trabalho ganhou *status*. No atual modelo a educação passa a ser cada vez mais compreendida como mercadoria. “No contexto do capitalismo financeiro, a educação deixou de ser direito social e foi transformada em serviço altamente lucrativo, favorecendo a expansão do setor privado no Brasil” (MARIANO et al., 2019, p.67). A educação pública é “ruim”, mas o dinheiro público, não:

Em 2015, o FIES representou 70,5% da receita líquida da graduação presencial do grupo Kroton, o que equivale a aproximadamente R\$ 4,2 bilhões. O grupo Estácio obteve 55,17% de sua receita líquida com o FIES e para o Ser Educacional o FIES representou 46,4% do rendimento líquido (MARIANO et al., 2019, p.71).

O cerne a se destacar é que:

A inserção de capital especulativo no ensino superior do Brasil se dá de duas formas: 1) pela inclusão de grupos educacionais no mercado de ações em bolsas de valores; 2) por meio do ingresso de grupos estrangeiros de capitais fechados e abertos. A abertura do capital das empresas no mercado de ações, e a subsequente valorização desses papéis, possibilitam o aumento de seu capital e a compra de IES menores espalhadas pelo país, e, com isso, a formação de grandes grupos empresariais (MARIANO et al., 2019, p.68).

Priorizou-se neste artigo o caso brasileiro, mas vale muito o “exemplo” dos Estados Unidos. Matéria de UOL (2017) refere pesquisa realizada no país indicando que 7% dos norte-americanos adultos acreditavam que o achocolatado é proveniente da vaca marrom. Isto significa mais de 16 milhões de pessoas. Estima-se que somente 5% dos americanos não bebam leite. A mesma matéria cita pesquisa de 1990 que revelou que um em cada cinco americanos não sabia que o hambúrguer era feito de carne. Qual a importância disto? Muito simples: a escola não educa e não prepara para a vida. Tudo converge para o mundo do trabalho, para o mundo onde não importa a compreensão, o questionar. Tudo está dado e a educação é só mais uma mercadoria pronta.

Matéria de 2019 do Estadão sobre o Colégio Visconde da cidade de Porto Seguro, intitulada “Empreendedorismo agora é disciplina que se aprende na escola”, refere este movimento como “[...] *maker*, essa nova forma de aprendizado, cada vez mais prático, empreendedor e participativo, vem se disseminando nas escolas e ajuda crianças e adolescentes a se desenvolver em um mundo em constante transformação digital e cultural”. A matéria revela que:

Segundo José Manuel Ribeiro de Melo, coordenador dos Projetos de Empreendedorismo do Ensino Médio, é importante transformar o processo de aprendizado em algo significativo para que o aluno se interesse mais em estudar (ESTADÃO, 2019).

Mas “transformar o processo de aprendizado em algo significativo” quer dizer o que afinal? Há alguma dúvida quanto ao movimento de naturalização de questões que

são construídas? Incorporar diretamente o empreender à educação beneficia quem? Altera ou mantém o *status quo*? A educação como “transformadora” insiste em ir ao encontro do que já existe.

3.5 Economia (e mais um pouco)

Adam Smith apresentava uma visão interessante sobre o homem:

Com efeito, o que o indivíduo tem em vista é sua própria vantagem, e não a da sociedade. Todavia, a procura de sua própria vantagem individual natural ou, antes, quase necessariamente, leva-o a preferir aquela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade (SMITH, 1996, p.436).

Pela lógica de Smith ao promover o esforço individual o resultado seria benéfico para toda ou para a maior parte da sociedade, mesmo que o indivíduo não intencionasse nada neste sentido. Neste viés, grosso modo, tem-se uma expressão: indivíduo = coletividade. O autor acreditava numa sociedade com ação estatal mínima (defesa nacional, aparelho judiciário, ação em setores sem interesse privado, entre outros poucos espaços) em que o mercado produziria uma sociedade equilibrada, igual e justa. O Estado, ao estabelecer barreiras ao livre comércio por exemplo, estaria concorrendo para malefícios sociais.

Com um Estado muito menor chegar-se-ia a um custo pequeno de manutenção e a um ponto de máxima eficiência. Importantíssimo aspecto de sua teoria está presente na “Lei da Oferta e da Demanda/Procura”. Oferta estaria relacionada à quantidade disponível de determinado produto no mercado e demanda à quantidade procurada ou com tendência ao consumo. Por sua vez, uma grande quantidade de determinado produto sem número significativo de interessados na compra tenderia a diminuir seu preço. A perspectiva inversa, a escassez, resultaria em preços maiores. Smith acreditava numa tendência de ponto de equilíbrio (oferta igual à demanda).

Os que reproduzem suas ideias parecem esquecer de um “detalhe” fundamental: este modelo só teria eficácia num mercado de concorrência perfeita, onde nenhum concorrente pudesse “ditar” os preços no mercado. Concorrência esta que exigiria elevado número de produtores e vendedores, produtos similares, sem barreiras à entrada de novos produtores nem “privilégios” aos estabelecidos. Com a devida vênia, questiona-se as premissas que levaram Smith às suas conclusões.

A concorrência perfeita a que Smith se refere e que constitui alicerce central para sua teoria é um ideário, a busca de algo que não se pôde alcançar, assim como o ideário do homem com boa natureza. Ao igualar indivíduo e coletividade parte-se do pressuposto que se o indivíduo apresenta natureza ou desenvolvimento positivo, a coletividade refletirá isto, assim como o contrário. Aprofundando a análise diz o autor:

Por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte de outros, e considerar a felicidade deles como necessária para si, embora nada extraia disso, senão o prazer de assistir a ela (SMITH, 1996, p.5).

Smith parece tender a acreditar que produtores e trabalhadores teriam orientações psicológicas naturalmente equiparadas. Uns com interesse no maior lucro possível e outros numa máxima remuneração por seu trabalho. Isto geraria a paz? Entretanto, não pensou Smith que os segundos poderiam desejar “ocupar” o espaço dos primeiros? Que haveria conflito? Há quem acredite no conflito. Adam Smith viveu entre 1723 e 1790, ou seja, após a morte do filósofo inglês Thomas Hobbes que viveu entre 1588 e 1679. Será que Smith ignorou completamente a visão hobbesiana do homem? Para Hobbes, em estado de natureza, o homem tenderia fortemente a uma disposição para o gladio, resultando na dificuldade da vida social. De outra forma significa dizer que há necessidade de regular essa “natureza perversa” e que sem a mesma, o conflito seria incessante:

Quem quer que sustente que teria sido melhor continuarmos naquele estado, em que todas as coisas eram permitidas a todos, estará se contradizendo. Pois todo homem, por necessidade natural, deseja aquilo que para ele é bom (HOBBS, 2002, p.34).

E para “ele” não significa para “todos”. Haveria tendência a um cenário de conflito. Manter a paz, a harmonia e o equilíbrio, bem como dissuadir opiniões e ações que pudessem prejudicar o meio social, só seria possível mediante uma liderança poderosa e centralizadora. Os indivíduos, por meio de um contrato social, empoderariam esta liderança que teria autoridade e legitimidade para governar. Fosse na figura de um rei ou príncipe (monarquia) esta autoridade deveria manter a paz e assegurar a prosperidade do povo. Este processo criaria obrigações para ambas as partes, governantes e governados, apresentando como resultado benefícios sociais e

de ordem política. A grande diferença do pensamento de Hobbes em relação a de outros autores é que ele entendia esta autoridade ou liderança centralizada como um vetor ou um catalisador de desenvolvimento humano e social, mas, acima de tudo, que sem ela o homem se destruiria gradativamente.

Desta forma temos dois autores que entendem a natureza humana de forma diferente e, por conseguinte, tudo que deriva dela como o próprio Estado e a economia, por exemplo. Após a passagem destes homens muitas experiências foram vividas, relatadas, registradas e compõem a história. E, infelizmente, parece que a balança pende mais para Hobbes do que para Smith. O alicerce da economia liberal só funciona num mundo que nunca existiu e com homens que não existem, pois o próprio sistema do capital é mais propício a criar situações de gladio do que de paz. Disposto a criar, por meio de sua faceta neoliberal, uma infinidade de perversidades.

Trazendo para o campo do empreendedorismo a lógica do empreender vai ao encontro do liberal, mas de encontro à realidade social. Leva à diminuição da importância do outro e, em última análise, ao enfraquecimento da ideia ou importância do Estado. E o Estado que deveria ser o ente a mediar o equilíbrio é defenestrado no sistema neoliberal. É utópica a ideia de que há possibilidade de equilíbrio econômico num ambiente praticamente sem regulação, sem Estado. Por que acreditar, então, que empreender seria algo realmente oportunizado a todos com reais condições de sucesso? A lógica da competição se legitima pelo belo discurso da superação, mas não deixa claro que a superação de um é o deixar para trás de outro em vários aspectos, incluindo o econômico. A base deve ser sempre muito maior do que o topo o que só se sustenta quando um indivíduo ao subir empurra outro para baixo.

Então os indivíduos não tendem a aceitar naturalmente ou se contentar com suas funções sociais como pensava Smith, mas sim ao movimento instigados pelo desejo da mobilidade. Melhor seria dizer necessidade de mobilidade, pois é isto que se apregoa todos os dias. O eterno superar, a incessante obrigação de provar que o indivíduo hoje é melhor do que ontem, que venceu; que empreendeu.

3.6 Naturalidade e Desalento

Pode existir algo natural, mas adquire significado cultural e social, que na prática, acaba por o desnaturalizar. Amamentar é natural, mas parte da anatomia das mulheres parece ainda causar grande polêmica em nossa sociedade, servindo até de

base para exclusão de fotos nas redes sociais onde se confunde nudez com pornografia. Em sendo natural não deveriam as mulheres amamentarem seus filhos sem medo de repreensões? Sem a exigência de tampar com pano seu peito e muitas vezes o rosto da criança como quase que num pedido de escusa? No sentido amplo, não há nada natural. Empreender também não o é, por mais que se venda a ideia de que é reflexo da natureza do homem de sempre superar-se e de buscar o novo. O significado social prático do empreender é a triste expressão da realidade da falta de distribuição adequada de renda, significação social equivocada das profissões, supervalorização do simbólico, entre tantas outras formas de expressão.

Desemprego, fome, segregação, morte, tudo é tratado como “natural” dentro do sistema do capital, negando-se inclusive por isto, aspectos estruturais do mesmo, que não pode ser utilizado de forma diferente do que compõe sua tecnologia. Ao subjetivar o empreender como natural, naturaliza-se uma série de mazelas sociais. Em sendo natural o que acontece promove-se menor esforço no combate, dando certo ar de aceitação e até mesmo conformação. O empreender não cura nada, apenas remedia. E na soma dos remédios somam-se também os efeitos colaterais e as contraindicações. Quando se retira quase tudo do sujeito e, paradoxalmente estimula-se sua superação, há de se compreender uma situação no mínimo questionável. Seria como retirar as asas de um ser alado e o incentivar a voar. Melhor, dizer que ele pode e deve voar. E, se não voa, é porque não quer, porque não aproveita as inúmeras oportunidades. Parece haver interesse em naturalizar cada vez mais o empreender.

Mas, como empreender no desalento? O desalento mostra outra face questionável do sistema vigente. Representa, possivelmente hoje, a mais pura expressão da introjeção do fracasso. O sujeito nesta condição sente-se dependente dos outros, seja da família, de amigos ou do próprio Estado. O desalentado apresenta baixíssima auto-estima conforme matéria de UOL do jornalista José Paulo Kupfer:

De fato, hoje são quase 5 milhões de trabalhadores que não procuram trabalho porque acham que não conseguirão colocação. Esse número explodiu a partir de 2015, já em plena recessão, alcançando um recorde em 2019 (KUPFER, 2019).

Segundo análise de dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) em 2019 e no segundo trimestre, é possível identificar o seguinte padrão dos desalentados:

Jovem, mulher, pardo ou preto, que não completou o ensino fundamental. Um terço dos que desistiram de procurar trabalho têm até 23 anos. Mulheres no grupo dos desalentados alcança 55,2% do total, 73% são pretos ou pardos e 41,2% não completaram o ensino básico (KUPFER, 2019).

Nesta esteira corrobora matéria divulgada em 21/10/19 pelo portal G1 que traz:

Mulheres, pretos, nordestinos e pessoas sem instrução escolar são os trabalhadores com os menores salários do Brasil, mostram dados divulgados nesta quarta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 2018, os homens tiveram rendimento médio real de R\$ 2.460 por mês, enquanto as mulheres receberam, em média R\$ 1.938 por mês, ou 21,2% menos – índice que se manteve em relação a 2017. Em 2012, início da série histórica, os valores eram de R\$ 2.396 e R\$ 1.765, respectivamente, uma diferença de 26,3%. O rendimento médio mensal de todos os brasileiros foi de R\$ 2.234 em 2018 (MELO, 2019).

Ao que parece o empreender se direciona “naturalmente” para jovens, mulheres, pretos ou pardos e com baixa escolaridade. Um cenário direcionado de “oportunidades” para sujeitos específicos. Desalentados também ficam os que verificam a ignomínia destes números, os que foram dominados pelo “fracasso” ou os que ainda são obrigados a se contentar com um nível de renda nada animador.

3.7 Embotamento e Renda

O embotamento tem relação com o desalento e com a anomia, mas não apresenta o mesmo significado. O desalento, a introjeção do fracasso e a anomia, a passividade, corroboram para o embotamento:

Ao invés de revolta emerge um sentimento de anomia; sentimento de passividade nascido do desespero, uma indiferença associada com a derrota constante, agravada pela condenação arremessada por políticos e analistas de classe média sobre muitos que estão no precariado, castigando-os como preguiçosos, sem rumo, desmerecedores, socialmente irresponsáveis, ou pior (STANDING, 2019, p.42).

O embotamento é a perda mais profunda do experimento das emoções. Fica evidente muitas vezes mais para a coletividade do que para o próprio indivíduo, ou

seja, para quem observa e não para quem vive. Postura reservada, retraída, isolada e capacidade reduzida do sentir caracterizam o embotamento. Mas há necessidade de reflexões deste nível? A revista Forbes de julho de 2019, na seção “Líderes do Pensamento”, assinada por Nelson Willians (CEO da “Nelson Willians & Advogados Associados”), apresenta a seguinte citação de David Weinberger: “Na era da *Machine Learning*, precisamos abandonar nossa insistência em sempre entender o nosso mundo e como as coisas acontecem nele” (FORBES, 2019, p.19).

É um certo estímulo ao embotamento. Ao encrustar-se em si e apartar-se do mundo cultural, econômico e social, parte-se para o “deixe como está”. Ao mesmo tempo que o ambiente produz o embotamento se retroalimenta dele, deixando a vida das pessoas sem perspectivas promissoras. O embotamento tanto pode ser lido como contraproducente ao empreender, pois não haveria estímulo para o mesmo, como no sentido do fomento de quem vislumbra nele a única possibilidade de reação.

A impossibilidade de renda ou seu baixíssimo nível também contribui para o embotamento. Busca-se um exemplo internacional, inclusive pelo fato de que empreender não é um “atributo” exclusivamente brasileiro. A grande economia chinesa que desbancou a de vários países e hoje assombra a dos Estados Unidos é compreendida como modelo de crescimento. Matéria de 04/11/19 reflete o nível da desigualdade existente citando o caso da estudante Wu Huayan de 24 anos que por mais de cinco anos: “[...] viveu com 2 yuans por dia comendo apenas arroz e pimenta enquanto lutava para continuar estudando e sustentando seu irmão doente. Ela tinha apenas 1,35m, e pouco mais de 20 kg” (BBC NEWS, 2019). O “céu” da economia chinesa tem menos estrelas do que as já poucas de sua bandeira:

Se por um lado a economia da China deslanchou nas últimas décadas, a pobreza não desapareceu e a desigualdade aumentou. Uma das principais razões é o abismo socioeconômico entre zonas rurais e urbanas. Segundo dados oficiais, a renda domiciliar per capita média na capital Pequim foi de 57.229 yuans (o equivalente a R\$ 32.480, ou US\$ 8.090) em 2017. Na região rural de Guizhou, onde vivem Wu e seu irmão, a renda média naquele ano foi de 16.703 yuans (cerca de R\$ 9.482). A China passou de “moderadamente desigual em 1990 para se tornar hoje um dos países mais desiguais do mundo” (BBC NEWS, 2019).

No Brasil, conforme dados da pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais” do IBGE do ano de 2018, registrou-se 13,5 milhões de brasileiros que viviam com menos de R\$ 145 por mês. O maior número da série histórica iniciada em 2012 conforme

informações da reportagem da coluna de economia de “O Globo” (CAPETTI; GARCIA, 2019). Entre as famílias miseráveis do Brasil a renda média em 2018 foi de R\$ 69 por mês, diferente do definido pelo Banco Mundial, ou seja, US\$ 1,90 por dia (R\$ 145 por mês). Os dados desta síntese permitem “traçar um perfil da extrema pobreza do país: majoritariamente composta por pretos e pardos (75%), com idade até 59 anos (96%) e sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (60%)” (CAPETTI; GARCIA, 2019). Há mais ainda a destacar conforme o jornalista Carlos Madeiro:

[...] a partir de 2015, observou-se um crescimento na proporção de pobres até atingir 26% em 2017. Em 2018, houve redução de 0,7 ponto percentual nesta proporção em relação ao ano anterior (superior ao de 2014) atingindo aproximadamente 52,5 milhões de pessoas (MADEIRO, 2019).

Sistema que para se manter empurra para baixo para fazer base e mantém pouquíssimos no topo. Em se aumentando a renda qual seria a relação com o empreender? Aumento ou diminuição? O sujeito detentor de um emprego estável e com renda confortável tenderia ao empreender? Abriria mão desta situação pela “independência”, por ter iniciativa, criatividade, autoconfiança? Ao que parece o empreender se alinha mais a um cenário de desequilíbrio social e econômico do que com a concorrência de um ambiente mais propício às escolhas, à liberdade.

4. EMPREENDER, ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Diante do exposto tende-se a acreditar na necessidade da presença estatal que, numa realidade neoliberal, apresenta-se complexa. Quando age corre o risco de ser interpretado como interventor e, quando não age, é tido por omissor. Uma das possibilidades da ação estatal é por meio de políticas públicas. Para Souza (2006, p.24) “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. Para Secchi (2017a, p.5) “O problema público é um conceito intersubjetivo, ou seja, ele só existe se incomoda uma quantidade ou qualidade considerável de atores”.

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público. Para Souza (2006, p.22) é nos Estados Unidos da América (EUA) que a política pública nasce como área de conhecimento e disciplina acadêmica. Ao contrário do pensamento Europeu que enxergava nesta política um desdobramento

das teorias sobre o papel do Estado, nos EUA a área vem do meio acadêmico e orbita diretamente o que seria a necessária ação dos governos. Ainda para Souza (2006, p.23) há quatro grandes expoentes desta área, sendo eles H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Laswell seria o responsável pela criação do conceito de análise de política pública (*Policy Analysis*) conciliando as ideias acadêmicas com as ações dos governos. Simon destacou-se pela ideia de racionalidade limitada dos decisores públicos (*Policy Makers*), significando que sua capacidade de decisão é restrita.

A autora destaca ainda (2006) que Lindblom incentivou a visualização de outras variáveis à formulação destas políticas como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório. Finalmente, Easton apresentou sua contribuição no sentido de entender a política pública como um processo, um sistema; interação entre formulação, resultados e ambiente. Souza (2006, p.28) cita a importância de Theodor Lowi com sua tipologia sobre políticas públicas, dividindo-as em quatro formatos: distributivas (foco em regiões/grupos sociais em detrimento do todo), regulatórias (relacionadas à políticos/grupos de interesse), redistributivas (atingindo a maioria em detrimento de grupos) e constitutivas (ênfase nos procedimentos; “regras do jogo”). O campo das políticas públicas é multidisciplinar:

A ciência da política pública é um campo de estudos que se desmembrou das ciências políticas e que recebeu influências de uma série de disciplinas como a econômica, a sociologia, a engenharia, a psicologia social, a administração pública e o direito. Apesar de ter sido inaugurada nos Estados Unidos, essa ciência social aplicada vem formando um campo de conhecimento útil para a análise descritiva e prescritiva de políticas nos diversos setores de intervenção pública (SECCHI, 2017a, p.7).

Vale salientar que uma política pública pode ser de Estado ou de governo. É entendida como de Estado quando independe de quem está no governo, ou seja, por ser amparada por legislação, como seguir a constituição. É de governo quando está relacionada à alternância do poder, dependendo quem está governando, pois há convicções, ideologias, norteamientos que podem ser bastante diferentes a cada nova gestão. Avançando na discussão tem-se que:

A abordagem estadista ou estadocêntrica (*state-centered policy-making*) considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Segundo essa concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do ator protagonista (SECCHI, 2017b, p.2)

Noutro viés:

A abordagem multicêntrica ou policêntrica, por outro lado, considera organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, **redes de políticas públicas** (*policy networks*), juntamente com os atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas (grifo do autor) (SECCHI, 2017b, p.3).

Diante do exposto percebe-se certa tendência de protagonismo do Estado no que tange as políticas públicas, mesmo num sistema neoliberal onde o nível de sua presença continua sendo questionado. Mas, este questionamento parece em dadas vezes bastante situacional. Rememora-se a seguinte matéria de Exame de 2008 que não representa exceção do quanto o Estado pode ser clamado a intervir no mercado:

O governo americano decidiu emprestar 17,4 bilhões de dólares à General Motors e Chrysler, respectivamente, a primeira e a terceira maiores montadoras dos Estados Unidos, que enfrentam uma profunda crise e corriam o risco real de ir à falência. Do total, 13,4 bilhões de dólares estarão à disposição das companhias imediatamente (EXAME, 2008).

Parte do congresso americano não aceitava a utilização de recursos públicos para este socorro e apregoava a ideia de que “[...] a melhor opção era deixar as montadoras falirem, para então requisitarem a proteção do Capítulo 11 – semelhante à recuperação judicial no Brasil – e se reestruturarem” (EXAME, 2008). Conclui a reportagem:

A GM e a Chrysler reforçaram os pedidos de ajuda, alegando que não teriam condições de chegar ao fim do ano. Nesta quinta-feira (18/12), a Chrysler anunciou que suspenderia as atividades em suas 30 fábricas da América do Norte por um mês, à espera de socorro.

E o discurso de Estado não interventor ficou para mais tarde. Outro momento em que o neoliberalismo esquece do desejo de manter o Estado mínimo é quando se pensa em políticas públicas destinadas ao fomento do empreendedorismo. Não se assemelha a um paradoxo? Afinal, se o sonho neoliberal é de um Estado mínimo, seria mínimo como? Quando? Só quando é interessante? Por que não é comum a crítica aos investimentos de recursos humanos, orçamentários, estruturais e financeiros de fomento ao empreender? Novamente retoma-se à questão situacional da presença do Estado.

Ao fomentar o empreender a estrutura estatal contradiz a premissa de um sistema neoliberal, quando da utilização de recursos que, por óbvio são finitos, em áreas em que não deveria apresentar-se, conseqüentemente retirando recursos de outras. Mesmo que se ignore este paradoxo outra forma de questionamento é a de que o Estado estaria perpetuando toda uma série de mazelas sociais, políticas e econômicas ao fomentar o empreender, pois como expressado neste trabalho, o empreender serve como válvula de escape para as tensões criadas e tendência de manutenção do *status quo* e das perversidades neoliberais.

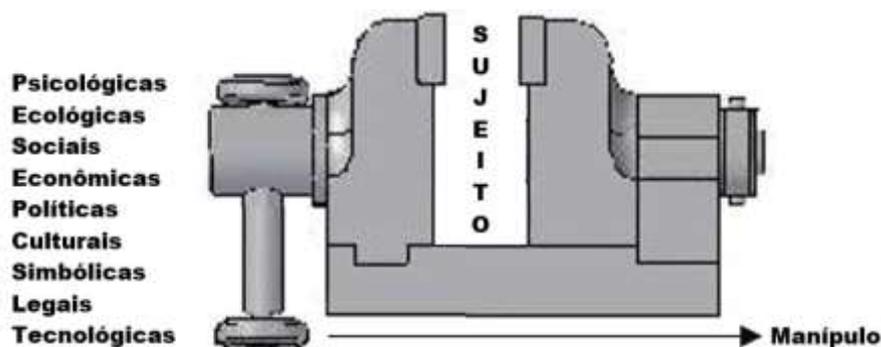
Quais são os problemas públicos que as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo enfrentam? Enfrentamento da causa ou do efeito? Quanto maior for a importância dada ao empreender maior será a tendência na crença de que há algo de errado na economia, na política e na sociedade. Bons indicadores de empreendedorismo são sintomas de que há muita coisa errada.

5. O QUE LEVA O INDIVÍDUO A EMPREENDER?

Imagine-se que uma pessoa lanchou antes de seus colegas de trabalho estando, portanto, saciada naquele momento. Seus colegas, sem saber, oferecem em dado tempo um pedaço de seu lanche. Contudo, saciada, a pessoa refutará. Uma pessoa está no ponto A e pode ir ao ponto B. Para isto, deverá atravessar uma via movimentada. O fluxo intenso é restringido por diversos momentos, seja pelo semáforo, pela ação do guarda de trânsito ou pela própria diminuição do fluxo de veículos. No primeiro caso não teve a pessoa a oportunidade de comer vários pedaços de lanches? Por que não comeu? Não o fez porque não havia mais necessidade.

A pessoa sairá do ponto A para o ponto B apenas pelo motivo de uma potencial oportunidade? Não, a menos que tenha necessidade disto. Do contrário, nenhuma oportunidade serve. A necessidade é sempre raiz. A oportunidade é construída artificialmente com base numa raiz concreta. Compreender o empreender no sentido de uma oportunidade soa tão estranho quanto dizer que alguém saciou a fome por oportunidade. Fome só pode ser encarada como necessidade.

Figura 1: Efeito manípulo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020

Conforme a Figura 1 o capitalismo opera como uma morsa a prender, espremer o sujeito todo o tempo. São as necessidades que giram o manípulo aumentando sempre a pressão. Chega-se ao ponto de o sujeito perecer ou, por próprio extinto de sobrevivência, manter ao menos uma dada resistência à pressão do sistema; quando consegue. O empreender é uma forma de válvula de escape desta pressão para que o sujeito não seja eliminado. Portanto, são as necessidades que geram o empreender. Paradoxalmente, empreender como resistência criada pelo próprio sistema que oprime. Porque paradoxalmente o sistema elimina e mantém, exclui e preserva. Afinal, quando o ciclo econômico estiver na plenitude deverá haver “exército de reserva”. E, neste ciclo, o empreender diminuirá, pois a válvula de escape será novamente o emprego formal. As necessidades não desaparecem, permanecendo no sistema.

É razoável um sistema criar necessidades e dizer que gera oportunidades? O manípulo (Figura 1) é manipulado pelas necessidades, sejam psicológicas, ecológicas, sociais, econômicas, políticas, culturais, simbólicas, legais ou tecnológicas. A temperança e o conhecimento básico de aspectos estruturais do capitalismo evidenciam que, mesmo considerando cenário de potencial plenitude do empreender, não haveria capacidade de “tratar” muitos dos problemas mundiais produzidos pelo sistema. Uma das opções dos defensores de um “empreender panaceico”, além de acreditar em uso em escala mundial deste “remédio”, seria a de creditar a ele uma espécie de “efeito placebo”. Nesta análise não existiria necessidade real de “ministrar” o empreender (remédio) a todos os pacientes (atingidos pelas “mazelas”), mas sim a disseminação da ideia, sempre presente e possível, praticamente “ingerida” (introjetada) por todos.

Só não a usaria quem não desejasse. Falta *flair play* ao empreendedorismo. *Fair play* ou “jogo justo” é obedecer às regras do jogo. Não somente as que estão escritas, mas também as de bom senso, empatia e entendimento de alteridade; o dito e o não dito, o aparente e o sublimado. Falta *fair play* quando o time continua a jogar futebol mesmo quando um de seus adversários em campo está caído. Como se caracteriza a ausência de *fair play* no empreender? Caracteriza-se pela ausência de “clareza” no sentido de explicar que não é uma panaceia aplicável a todos e que não tem outra origem que não a necessidade.

6. ETERNO RETORNO DO MESMO

O devir pode significar realmente mudança. Contudo, estas mudanças trariam novidades? Schumpeter abordava a “destruição criativa” como propulsora da mudança, do devir, em “Capitalismo, Socialismo e Democracia” de 1942. Para Nietzsche, haveria o eterno retorno do mesmo, como expressa em “A Gaia Ciência” de 1882. Em sendo o mundo constituído de um número finito de forças (o mundo não diminui nem aumenta) e o tempo sendo infinito, o que restaria seria um número finito de combinações de forças que, por inúmeras vezes, repetir-se-ia. De onde decorre que as mudanças não trariam novidades, ao menos do ponto de vista estrutural. Superficialmente, há diferença enquanto estruturalmente há similaridade.

A ideia do empreender não é nova conforme explicitado neste trabalho; ao menos na essência, na estrutura. É um eterno retorno do mesmo, o mesmo da superação, do super-homem, ideia que vem desde os gregos. O que muda então? Nada, mas adapta-se, resultando numa aparente novidade. Vende-se esta mercadoria (no capitalismo tudo se torna mercadoria) como nova e a legitimam com uma série de elementos. O devir exigiria o empreender, pois em sendo vetor da mudança, haveria igualmente o eterno devir do empreender. O empreendimento de hoje estará superado em dado momento e exigirá um novo empreendimento numa retroalimentação infundável.

Entretanto, não é apenas empreender, pois deve-se gerar valor, vendas e fomentar o mercado. Para um novo medicamento ser planejado e desenvolvido não resta dúvida que tem que ser viável economicamente. Não basta ter ação comprovada para entrar em linha de produção. O problema é o devir sem mudança, o eterno retorno do mesmo. Diante das argumentações e dos dados apresentados em **E = ego**;

M = motivação; **P** = precariado; **R** = residência; **E** = educação; **E** = economia; **N** = naturalidade; **D** = desalento; **E** = embotamento; **R** = renda, pretende-se ter ficado evidente que se há o empreender é ele dado pela necessidade.

Toda a conjuntura do sistema do capital manipula o manípulo a espremer o sujeito. E ainda se diz que ele pode sair daquele lugar e pode, por meio do empreender, libertar-se. Arguir que há motivação para empreender devido a uma oportunidade não parece, no mínimo, uma falta de sensibilidade? Mesmo que haja uma parte da população (proporcionalmente pífia) que realmente possa ter empreendido por oportunidade, não faz sentido estabelecer uma classificação, etiquetagem, catalogação, que não seja factível com a maior parte da realidade econômica e social.

Por isto, houve neste artigo, o objetivo de fomentar a discussão sobre o empreender como efeito de uma realidade econômica, social, política e cultural desigual no neoliberalismo e não como mera consequência natural e salutar. Assim como a importância da utilização de autores e conceitos advindos da economia, filosofia e sociologia. O economista e político francês Raymond Barre declarou, na década de 1970, que os desempregados não teriam outra opção a não ser abrir suas próprias empresas: “Hoje, uma porcentagem não desprezível dos criadores de empresas é de desempregados, e auxílios específicos são oferecidos para apoiar os “desempregados-criadores” (EHRENBERG, 2010, p.46). Há um ator que não pode ser ignorado.

Quanto mais o Estado retirar sua mão e deixar apenas a “invisível do mercado”, mais o empreender naturalizar-se-á. Como disse Nietzsche em “*Ecce Homo*” de 1908: “Não refuto os ideais, calço simplesmente luvas diante deles [...]” (NIETZSCHE, 1995, p.8). Não se abraça os ideais, deve-se desconfiar deles e de quem está por trás deles. É necessário que o Estado calce luvas nas mãos do mercado. Parece que como todo culpado o Estado busca sua redenção. Enquadrar-se-iam as políticas públicas de fomento ao empreendedorismo neste viés redentor? Como não faz o trabalho como deve ser, utiliza o Estado de medidas paliativas. A redenção não poderá ser pelo empreender.

O Estado não pode se omitir quando “Betinas” (*Empiricus*) prometem o impossível ou quando o atual ministro da economia diz que os ricos capitalizam seus recursos e os pobres consomem tudo; ou ainda, quando na recente novela das 21h,

que atinge em média 2,5 milhões de domicílios apenas na grande São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019), a estória (que acaba por ser história) se repete: Maria da Paz vem de uma origem humilde e vai para a cidade grande empreender, tornando-se rica e dona de uma rede de confeitarias. “Natural” o sucesso diante de tanto esforço não é mesmo?

O Estado deveria fomentar políticas públicas que proporcionassem uma **Residência** digna e acessível para o sujeito e uma **Educação** que fosse realmente transformadora e, acima de tudo, libertadora; e não mera reprodutora. Inclusive uma educação que não permitisse que as coisas sejam encaradas com **Naturalidade**. Deve-se fomentar a crítica real, estrutural. Dever-se-ia implementar políticas que promovessem um emprego igualmente digno, que também pudesse valorizar o **Ego** do trabalhador (o simbolismo valorizado de si e de seu trabalho), mas sem dividir, segregar, enfraquecer sua relação com o outro, sua socialização. Sem ser vetor para o **Embotamento**, assim como tantos outros. Modelo este de emprego que jamais permitiria que se chegasse à nomenclatura de **Precariado** ou ao trabalho por *voucher*.

Políticas públicas que não sejam apenas superficiais como as de criação ou manutenção de níveis pífios de **Renda** (quando existe) dentro de uma **Economia** elitista e concentradora de renda; cruelmente concentradora. Uma economia que só leva à **Motivação** por necessidade, não por oportunidade. A presença do Estado se faz necessária e urgente. Entretanto, não um Estado carcomido pela presença física e pela lógica privadas, ou seja, sem “políticos”, mas com “gestores”. Mas, sim um Estado que entenda seu papel de mediador na busca pelo equilíbrio de forças políticas, sociais, culturais e econômicas, num mundo desigual.

Senão, restará para a maioria nada melhor do que o **Desalento**. Permitindo-se a perpetuação do eterno retorno do mesmo não haverá saída além de continuar a “vida de rebanho” legitimando o empreender como discurso e mantendo diariamente o jogo da força real; jogo onde as pessoas morrem de verdade. “O gotejar destrói a rocha não pela força, mas pela constância (anônimo)”. É com o gotejar hora a hora, dia a dia, ano a ano, que os discursos se legitimam e se naturalizam. Tornam-se saber e depois, verdade. Não é diferente com o empreender. Que se possa aprender definitivamente que nada é natural, pois tudo adquire um significado.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, 1(1): 25-38, 2014.

BBC NEWS. **Desigualdade na China: a jovem que se alimentou só de arroz e pimenta por 5 anos**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2019/11/04/desigualdade-na-china-jovem-que-se-alimentou-so-de-arroz-e-pimenta-por-5-anos.htm>. Acesso em: 04 nov. 2019.

CANDIDO, Claudio Roberto; PATRICIO, Patrícia. **Empreendedorismo: uma perspectiva multidisciplinar**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

CAPETTI, Pedro; GARCIA, Karen. **Crise empurrou 4,5 milhões para extrema pobreza, que bateu recorde e atingiu 13,5 milhões de brasileiros**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/crise-empurrou-45-milhoes-para-extrema-pobreza-que-bateu-recorde-atingiu-135-milhoes-de-brasileiros-24063455>. Acesso em: 06 nov. 2019.

CASTRO, Bárbara et al. **Riqueza e miséria do trabalho Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração**. Organização de Ricardo Antunes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. 2. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. São Paulo: Idéias & Letras, 2010.

ESTADÃO. **Empreendedorismo agora é disciplina que se aprende na escola**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,empreendedorismo-agora-e-disciplina-que-se-aprende-na-escola,70003024836>. Acesso em: 02 mar. 2020.

EXAME. **Montadoras têm até 31 de março para apresentar plano de recuperação**. São Paulo, 2008. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/estados-unidos-vaio-emprestar-us-17-4-bilhoes-gm-chrysler-410648/>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO. **'A Dona do Pedaco' bate recorde de audiência com cena de tiro de Maria da Paz em Régis.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2019/08/a-dona-do-pedaco-bate-recorde-de-audiencia-com-cena-de-tiro-de-maria-da-paz-em-regis.shtml>. Acesso em: 07 nov. 2019.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

HOBBS, Thomas. **Do cidadão.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco:** sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KUPFER, José Paulo. **Quem são os 5 milhões que nem procuram emprego? Pesquisadora da GV responde.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://josepaulokupfer.blogosfera.uol.com.br/2019/10/29/quem-sao-os-5-milhoes-que-nem-procuram-emprego-pesquisadora-da-gv-responde/>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MADEIRO, Carlos. **IBGE: 1 milhão desceu linha da pobreza em média por ano no país desde 2015.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/06/ibge-1-milhao-desceu-linha-da-pobreza-em-media-por-ano-no-pais-desde-2015.htm>, Acesso em: 06 nov. 2019.

MARIANO, Alessandro et al. **Educação contra a barbárie:** por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. Organização de Fernando Cássio. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MELO, Luísa. **Mulheres, pretos, nordestinos e pessoas sem instrução são os brasileiros com salário mais baixo, mostra IBGE.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/mulheres-pretos-nordestinos-e-pessoas-sem-instrucao-sao-os-brasileiros-com-salario-mais-baixo-mostra-ibge.ghtml>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MOSÉ, Viviane. **Nietzsche e a grande política da linguagem.** Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Ecce Homo:** como alguém se torna o que é. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REUTERS. **Coronavírus: França anuncia confisco de máscaras de proteção e registra quarta morte.** São Paulo, 2020. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/coronavirus-franca-anuncia-confisco-de-mascaras-de-protecao-registra-quarta-morte-24283275>. Acesso em: 03 mar. 2020.

REVISTA FORBES. **O anti-CEO**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2019/07/o-anti-ceo/>. Acesso em: 05 nov. 2019.

SECCHI, Leonardo. **Análise de políticas públicas**: diagnóstico de problemas, recomendações de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2017a.

_____, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017b.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul/dez. 2006.

STANDING, Guy. **O precariado**: a nova classe perigosa. 1. ed. 5. Imp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

UOL. **Milhões de americanos acham que leite com achocolatado vem de vacas marrons, diz pesquisa**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2017/06/16/milhoes-de-americanos-acham-que-leite-com-achocolatado-vem-de-vacas-marrons-diz-pesquisa.htm>. Acesso em: 06 mar. 2019.

UOL ECONOMIA. **Líderes: entrevista com Pedro Bianchi**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/entrevista-uol-lideres-ricardo-eletro-pedro-bianchi/#tematico-1>. Acesso em: 02 mar. 2020.